



Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA
Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Bruno Funchal

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
Rubem Mateus de Arruda Ziegler
Sandro Alex Bezerra Vieira

Dezembro de 2020

Sumário

Anexo 3

Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 9

Port. STN 641/2019

Demonstrativo da Regra de Ouro

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

COVID-19

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

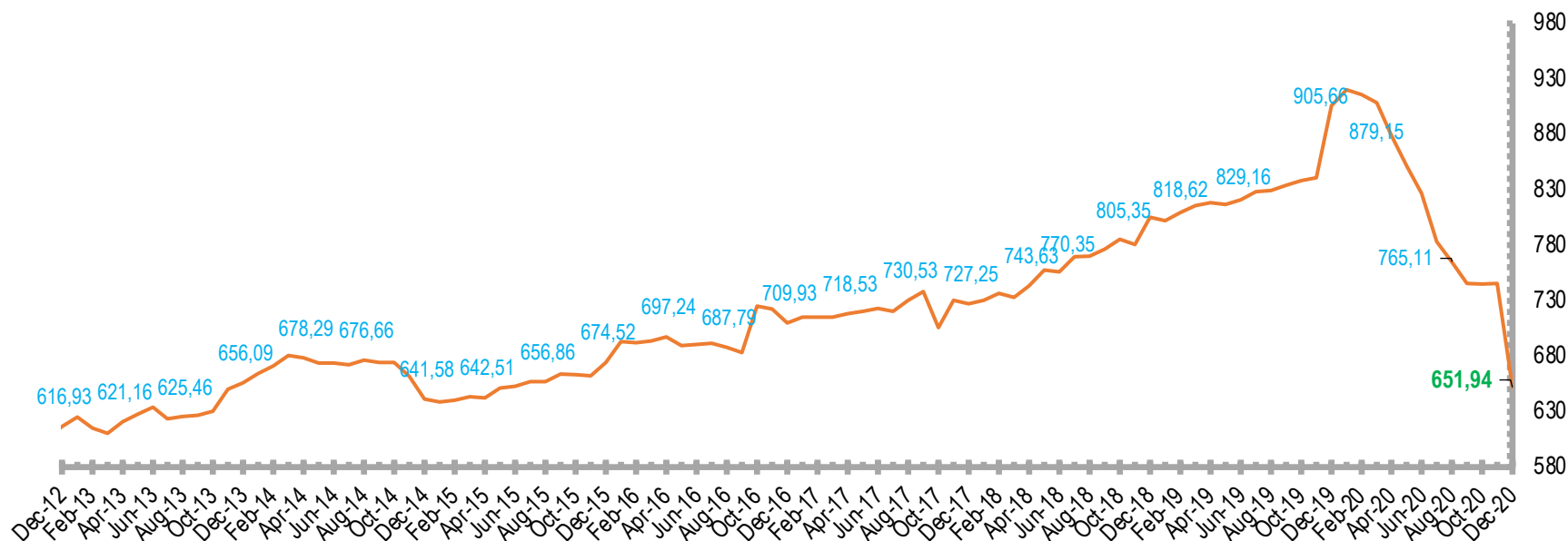
Anexo 3

Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020
Receita Corrente Bruta	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507	546	517
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844	853	826
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184	292	171
Deduções	518	564	602	608	651	681	730	785	862
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267	298	378
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380	405	396
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84	83	87
Receita Corrente Líquida (RCL)	617	656	642	675	710	727	805	906	652



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

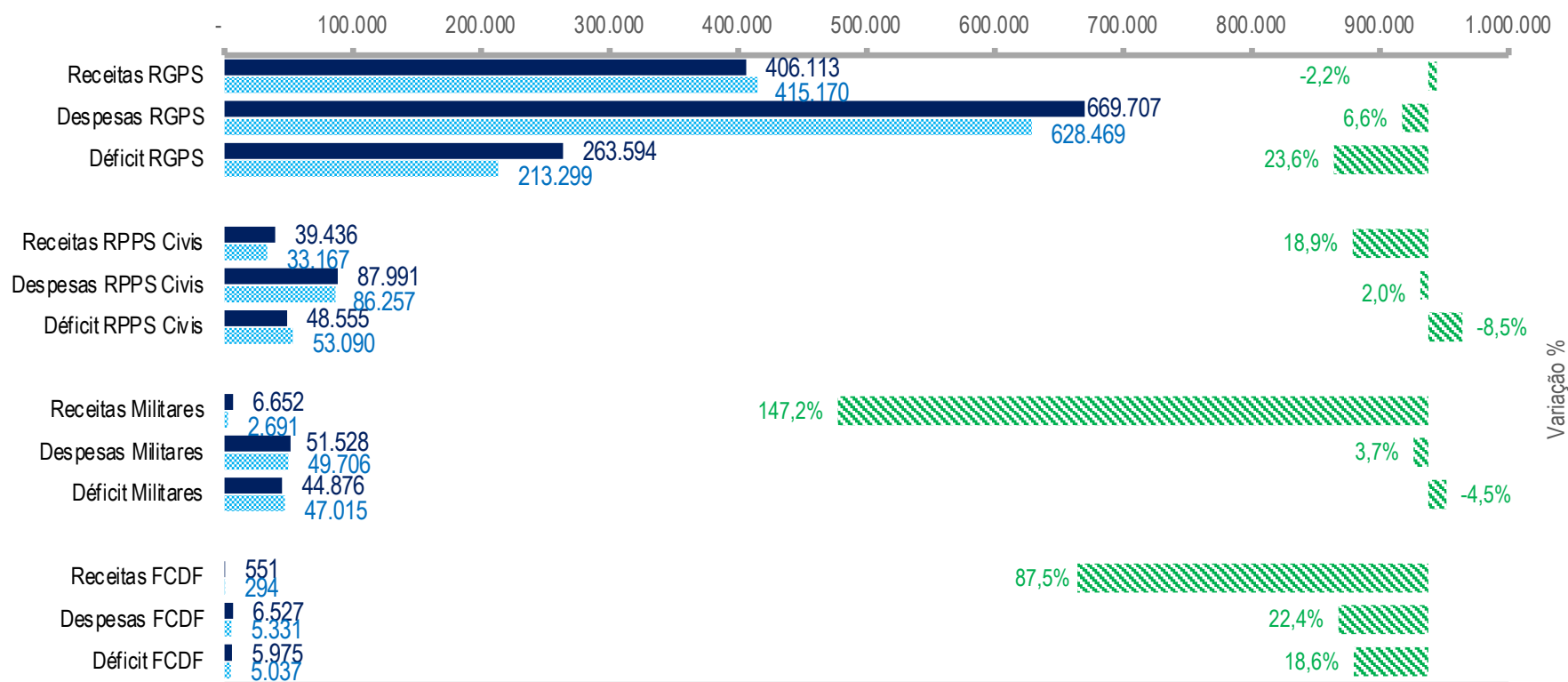
Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Dezembro/2020 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2020

■ 2019

■ Variação (%)

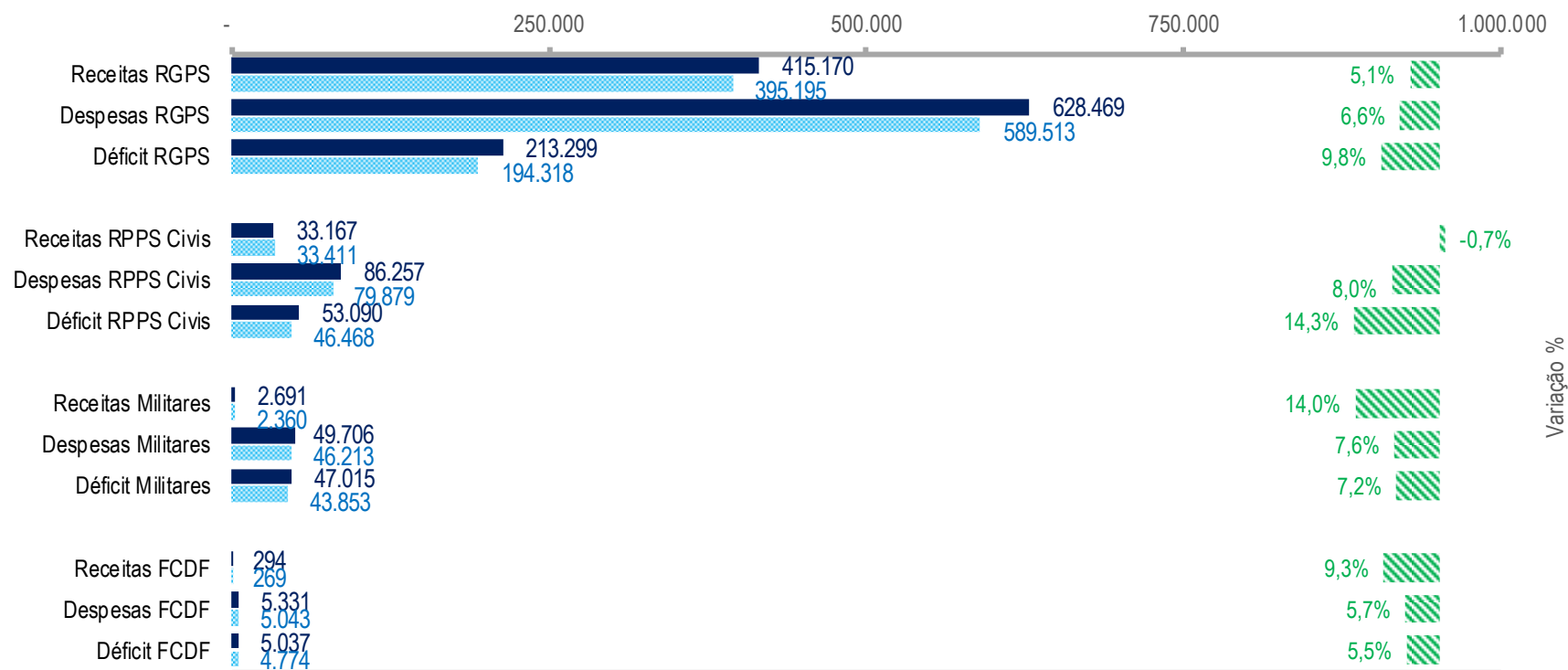
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2019 e 2018 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2019

■ 2018

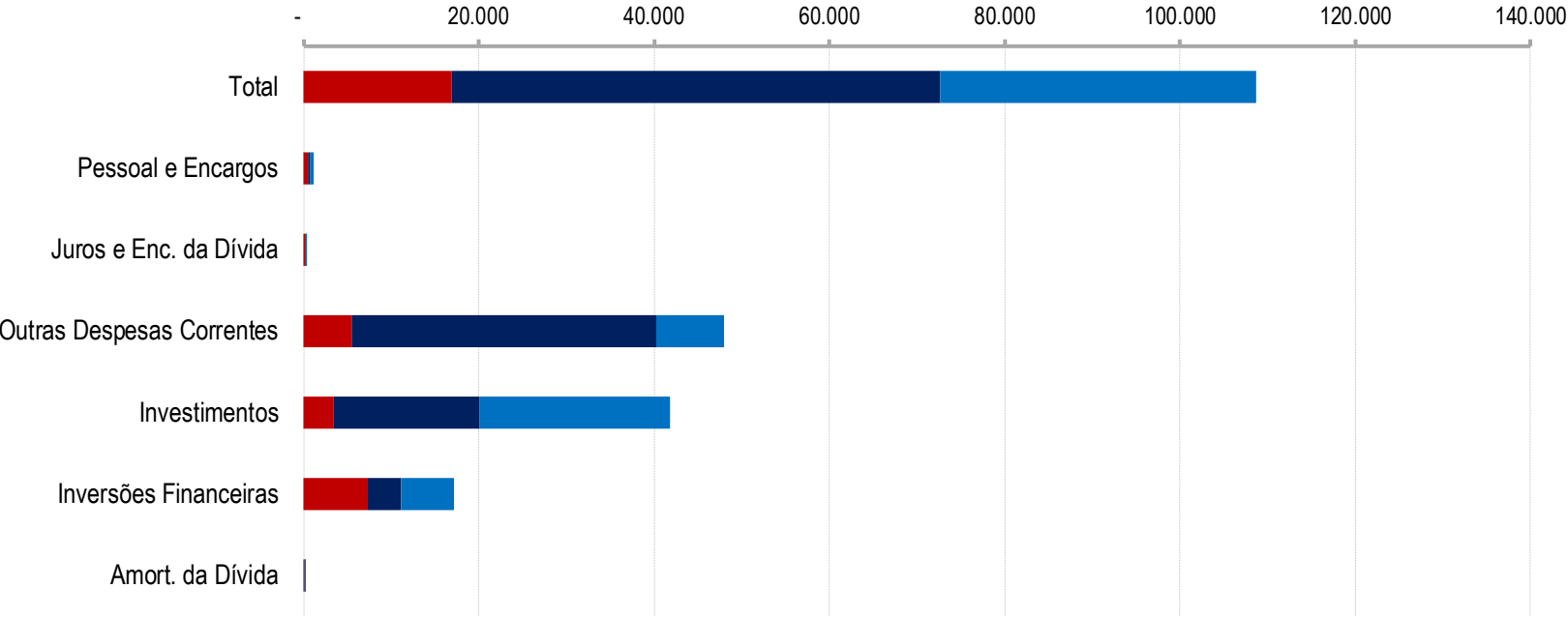
■ % 2019/2018

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7
Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Restos a Pagar não-Processados até Dezembro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	472	205	5.479	3.452	7.281	87	16.976
■ Pagos	372	26	34.749	16.615	3.844	3	55.608
■ Saldo a Pagar	324	166	7.807	21.790	6.055	15	36.158
Total	1.168	397	48.035	41.857	17.180	105	108.742

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 7.

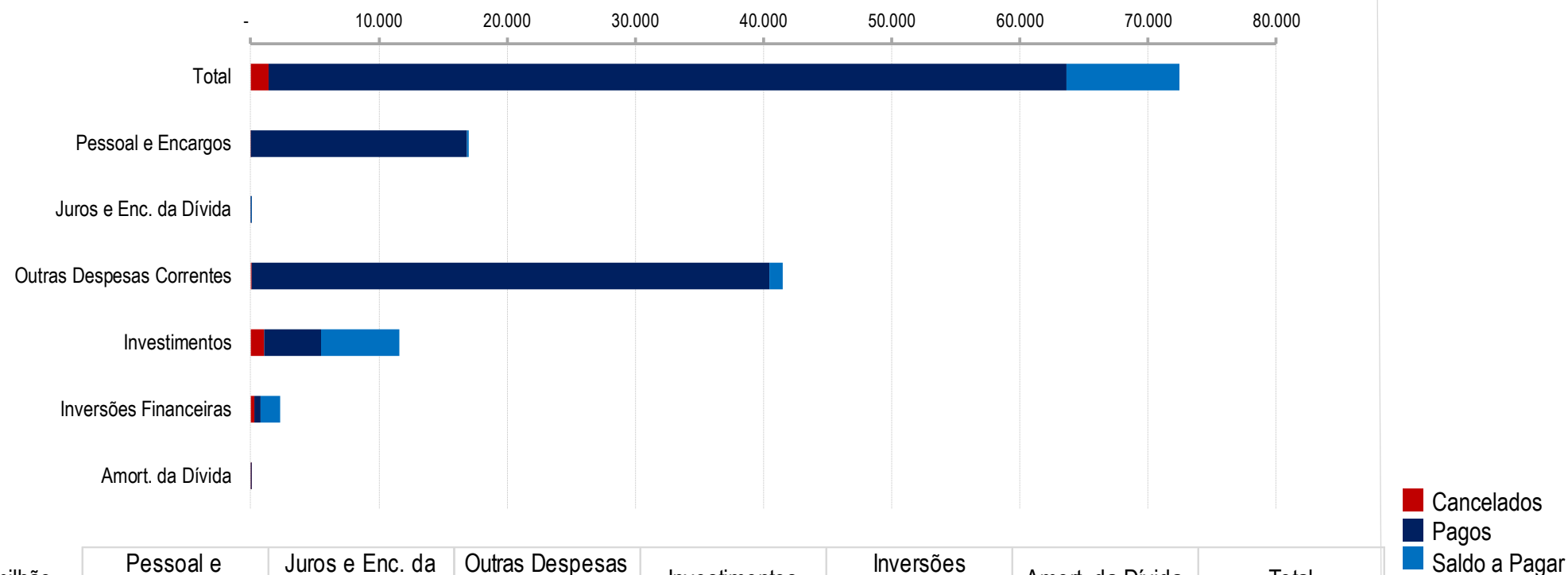
Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Restos a Pagar Processados até Dezembro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



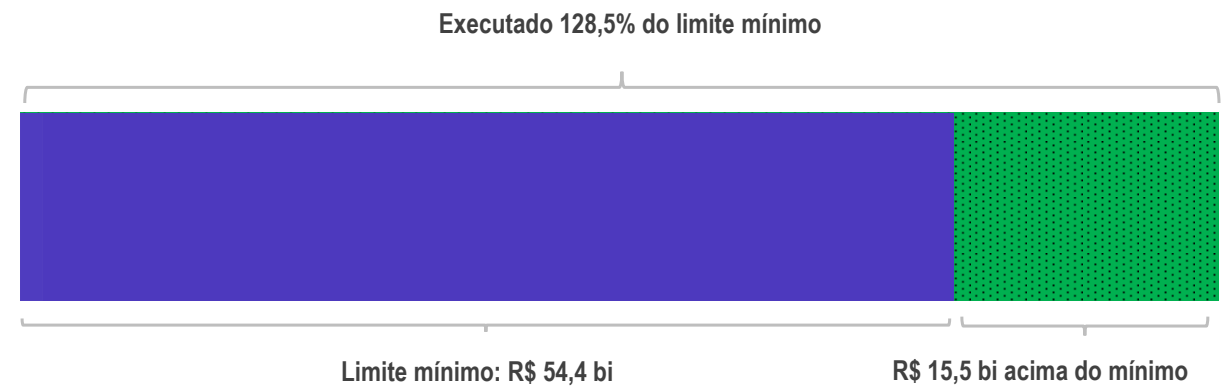
Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	12	0	62	1.067	276	4	1.421
■ Pagos	16.880	0	40.402	4.440	490	4	62.216
■ Saldo a Pagar	94	1	1.053	6.073	1.563	-	8.784
Total	16.987	1	41.517	11.579	2.329	8	72.421

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2020 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Comparação Despesas Executadas (em Dezembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,9
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	15,5

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2020 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Dezembro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Dezembro	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	304,52	54,44	69,94	128,5%
2019	322,20	52,67	63,02	119,7%
2018	299,18	50,45	64,43	127,7%
2017	272,12	48,98	63,20	129,0%
2016	258,79	46,58	66,69	143,2%
2015	258,58	46,54	59,37	127,5%
2014	245,52	44,19	56,81	128,5%
2013	239,07	43,03	53,89	125,2%
2012	218,82	39,39	56,04	142,3%
2011	205,49	36,99	39,79	107,6%
2010	159,54	28,72	30,94	107,7%
2009	116,77	21,02	24,35	115,9%

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 9

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e das Despesas de Capital
Resultado da regra de Ouro em 2020

A tabela abaixo apresenta o resultado da Regra de Ouro de 2020, especificando as despesas de capital, as receitas de operações de crédito do exercício e a variação da subconta da Dívida.

Discriminação	Posição 31/12/2020
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.559,41
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.648,39
Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	88,98
Despesas de Capital (II)	1.212,98
Investimentos (empenhadas)	47,22
Inversões Financeiras (empenhadas)	129,70
Amortizações (liquidadas)	1.036,07
Margem da Regra de Ouro (III) = (I - II)	-346,43

Variação da Sub-Conta da Dívida

As receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente são consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa. (Resolução Senado Federal nº 48/2007, art. 6, § 4º) O disposto no § 4º somente se aplica se, até a realização da despesa respectiva, a receita das operações de crédito ficar depositada em sub-conta da Conta Única da União no Banco Central do Brasil. (Resolução Senado Federal nº 48/2007, art. 6, § 5º)

Dispensa de Cumprimento da Regra de Ouro por força da EC nº 106/2020

Neste ano, em função da calamidade pública houve dispensa do cumprimento da Regra de Ouro conforme EC nº 106/2020.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2019 e anteriores, Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital.

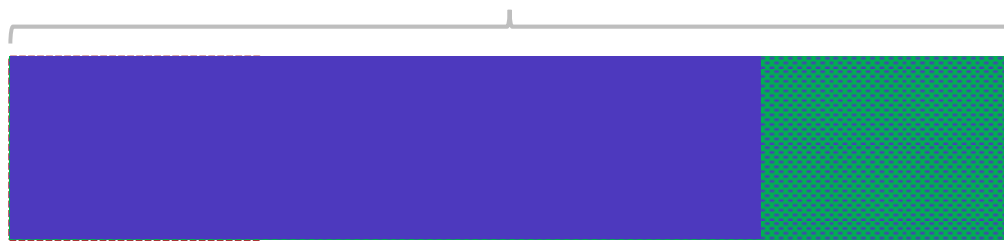
Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2020 (R\$ bilhões)**

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em Dezembro do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 132,8% do limite mínimo



Limite mínimo: R\$ 121,2 bi

R\$ 39,7 acima do mínimo

Comparação Despesas Executadas (em Dezembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020
Despesas Executadas com Saúde	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0
Limite Mínimo (em Dezembro)	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2020 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Dezembro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Dezembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	121,25	160,99	132,8%
2019	117,29	122,27	104,2%
2018	112,36	116,82	104,0%
2017	109,09	114,70	105,1%
2016	95,37	106,24	111,4%
2015	98,31	100,05	101,8%
2014	91,61	91,90	100,3%
2013	82,91	83,05	100,2%
2012	79,51	80,07	100,7%
2011	72,13	72,36	100,3%
2010	61,23	61,98	101,2%
2009	54,96	58,28	106,0%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

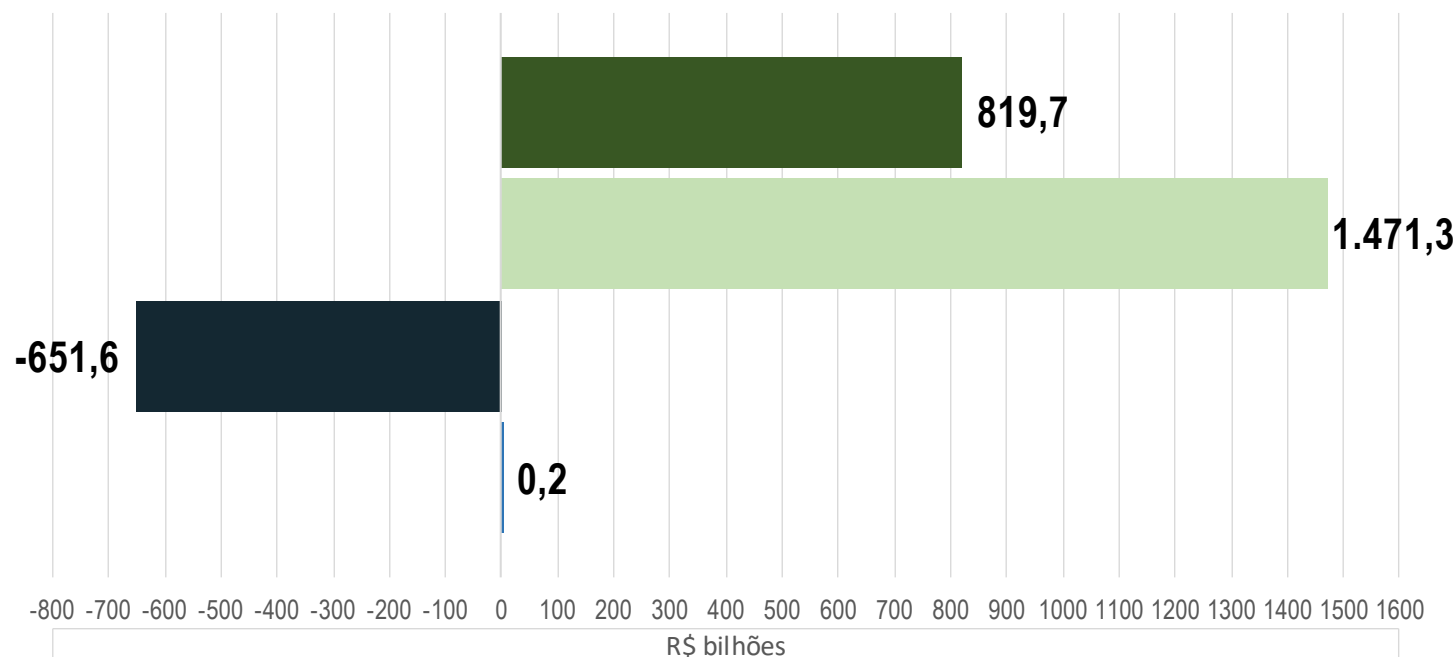
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Janeiro/2021 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
■ Receitas da Seguridade Social	820
■ Despesas da Seguridade Social	1.471
■ Resultado	-652
■ DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Dezembro/2020 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Dezembro de 2020, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RGPS	276,59	307,58	337,55	351,68	360,38	379,25	395,20	415,17	406,11
RPPS - Civil	22,98	24,58	26,94	29,50	30,70	33,78	33,68	33,46	39,99
Pensões Militares	2,00	2,17	2,34	2,65	2,93	3,34	2,36	2,69	6,65
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	223,34	252,23	256,14	262,18	241,29	258,83	281,86	298,77	366,99
Total das Receitas	524,91	586,56	622,97	646,00	635,29	675,21	713,09	750,10	819,74
Despesas da Seguridade Social									
Despesas do RGPS	318,83	358,58	402,09	440,08	510,09	561,39	589,51	628,47	669,71
Saúde	80,07	83,05	91,90	100,05	106,24	114,70	116,82	122,27	161,54
Assistência Social	56,63	64,65	70,43	73,23	79,75	84,71	88,67	95,96	423,57
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	59,22	64,48	64,38	69,51	73,78	82,45	84,92	91,59	94,52
Seguro Desemprego	27,61	31,87	35,90	38,05	37,77	38,01	36,29	37,39	40,08
Demais Despesas	22,92	26,96	28,28	30,37	31,81	36,65	38,77	38,25	39,23
Pensionistas Militares	23,32	24,95	31,85	35,16	17,34	19,16	21,41	22,91	23,44
Abono Salarial	12,34	14,66	15,88	10,13	17,93	16,23	17,34	17,52	19,26
Total das Despesas	600,95	669,21	740,70	796,58	874,70	953,30	993,74	1.054,36	1.471,34
Resultado									
Resultado da Seguridade Social	-76,04	-82,64	-117,73	-150,58	-239,41	-278,09	-280,64	-304,27	-651,59
Receitas Desvinculadas (DRU)	54,81	60,13	59,88	60,62	91,96	100,37	109,65	92,35	0,20
Resultado com Receitas Desvinculadas	-21,23	-22,51	-57,85	-89,96	-147,45	-177,72	-170,99	-211,91	-651,39

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

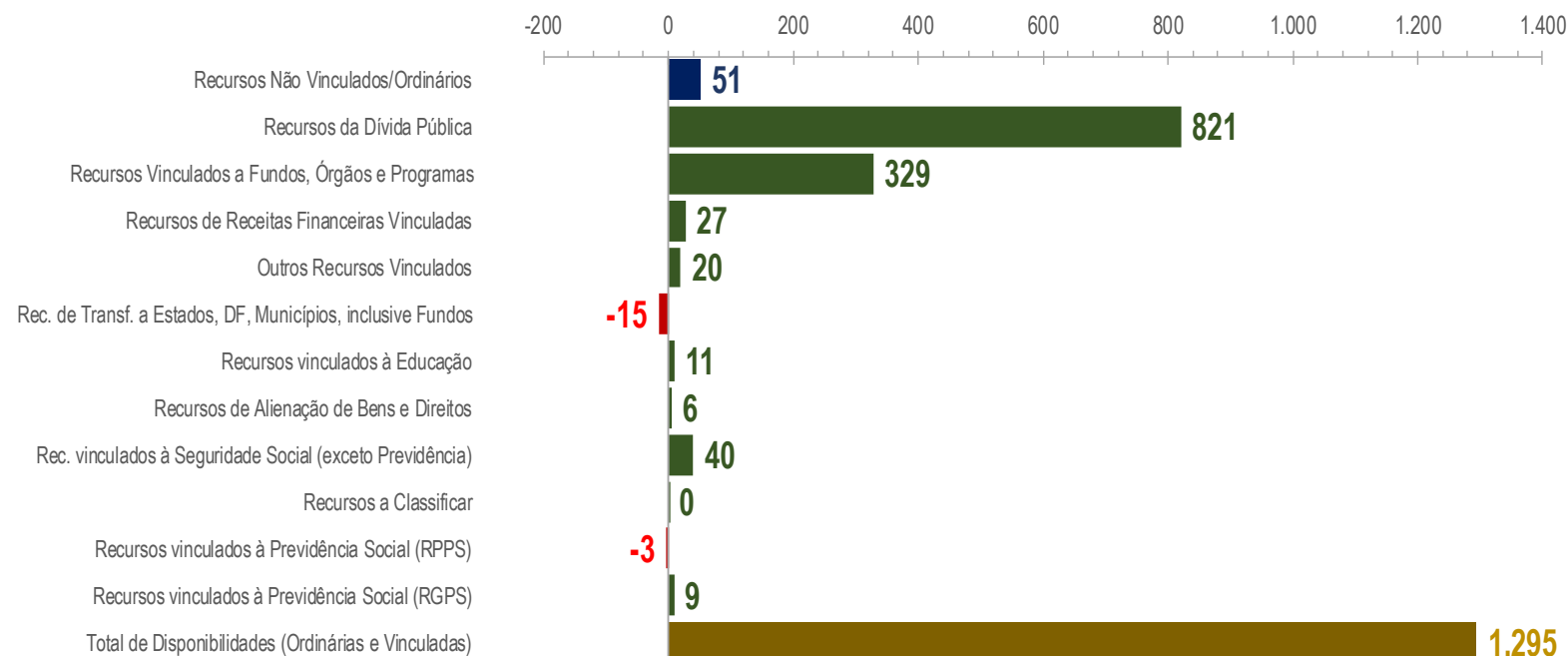
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Dezembro/2020 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Dezembro/2020, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



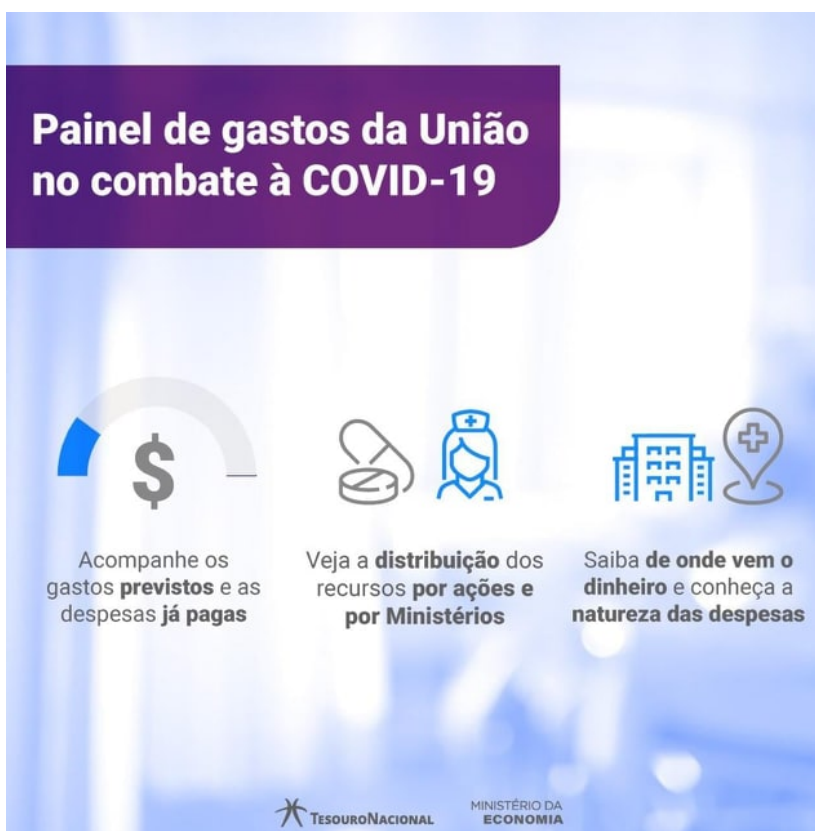
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2020, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.

COVID-19

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19

Painel detalhado da execução das despesas com COVID-19

Para acompanhar a execução dos valores gastos com o combate e as medidas econômicas para lidar com a COVID-19, consulte nosso painel de monitoramento em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>



Fonte: Painel de Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 no Tesouro Transparente.